

FÉ, TERRITÓRIO E LUTA: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro

Dayanne da Silva Santos¹
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior²

Resumo

Este estudo objetiva compreender as formas de resistências acionadas para a manutenção do território na comunidade tradicional do Cajueiro em São Luís nos anos de 2015 a 2016, tendo em vista os acordos políticos e econômicos do Estado do Maranhão que visam a ampliação de projetos desenvolvimentistas no Estado. A partir da pesquisa de campo de participação em eventos, seminários e audiências observamos que a comunidade está sob uma situação de indefinição, a saber, dos casos de deslocamentos compulsórios e conflitos ambientais em São Luís/MA em áreas destinadas à construção de diversos tipos de empreendimentos. A comunidade do Cajueiro situada na Zona Rural II de São Luís, desde 1980 vem enfrentando sérios problemas territoriais e, atualmente, está sob ameaça, para fins de construção de um novo porto.

Palavras-chave: Conflitos ambientais; território; Cajueiro.

Introdução

Este trabalho é resultado de dois anos de pesquisa no Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA), no qual viemos acompanhando a comunidade do Cajueiro em uma luta constante contra a implantação de um novo Porto.

Durante a pesquisa, buscamos entender melhor os usos e a conceituação do termo conflitos ambientais relacionados aos casos de deslocamento compulsório. Para isso, tomamos como análise documental notícias veiculadas pelo jornal O Estado do Maranhão, no recorte cronológico compreendido de 1973 até 1981.

No decorrer da pesquisa, surgiu a necessidade de tomar para estudo um caso exemplar contemporâneo, no sentido de analisar o tempo presente e sua dinamicidade em comparação às informações obtidas n'O Estado do Maranhão, referentes a décadas um pouco mais recuadas.

¹ Graduada em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão e mestrando em Ciências Sociais pela UFMA e membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da UFMA.

² Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), e professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa pela FAPEMA.

A comunidade tradicional do Cajueiro³ foi escolhida para estudo, pois é, hoje, alvo de ameaças constantes de deslocamento compulsório, para a construção de um novo terminal portuário.

A comunidade do Cajueiro está situada na Zona Rural II do município de São Luís/MA e vem, desde o primeiro semestre de 2014, sofrendo ameaças de deslocamento. Estas ameaças foram reforçadas pela presença de jagunços contratados pela a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA., na busca de viabilizar a construção de um porto e, portanto, convive com a possível perda de seu território.

Almeida (1996) nos ajuda a afirmar que o deslocamento compulsório que ocorreu no Maranhão e em São Luís com a chegada do Porto do Itaqui envolve uma espécie de migração forçada, de êxodo, que cria espaços chamados como “refúgios” que, segundo Almeida (1996, p. 31), “privam pessoas de suas fontes tradicionais de sobrevivência e as levam a competir com outras por recursos mais escassos”.

Para entendermos o que está acontecendo no Cajueiro, a situação vivida por comunidades quilombolas de Alcântara – MA pode ser bastante ilustrativa. No livro *Fome de farinha* (2006) que reúne diversos artigos acerca das pesquisas sobre o caso de Alcântara⁴ e a instalação de uma base de lançamento de foguetes na localidade em meados de 1980, que ocasionou o deslocamento compulsório de comunidades inteiras, nas páginas 179-230, tomamos as investigações referentes ao caso do povoado de Mamuna, terras que foram doadas segundo Miranda e Silva (2006, p.188) para uma escrava e posteriormente titulada em nome de Dona Cândida Rosa Silva, neta da ex-escrava, que recebeu as terras por herança. Segundo Miranda e Silva (2006, p. 184):

A situação de Mamuna diante do Centro de lançamento de Alcântara (CLA) é de indefinição, uma vez que o povoado está localizado dentro da chamada Área de Segurança do Decreto de Desapropriação, com deslocamento previsto pela Aeronáutica para os próximos anos, em virtude de acordos já firmados com países como a Ucrânia, que preveem a ampliação do CLA e a conseqüente remoção dos moradores.

³ “A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, constitui-se de cinco pequenos núcleos assim denominados: Parnuaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Portanto, quando aqui nos referimos ao Cajueiro, o fazemos considerando o conjunto desses pequenos núcleos, que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária, através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro. Portanto, o desapossamento ou desapropriação de qualquer desses núcleos descaracterizará essa comunidade” (GEDMMA, 2014, p.11).

⁴ Quando nos referimos a Alcântara fazemos das palavras de Miranda e Silva (2006, p. 187) as nossas quando destacam que: “não podemos perder de vista que os diferentes povoados e as suas práticas sociais fazem parte de um patrimônio comum, compartilhado e edificado ao longo do tempo. Tais práticas, assentadas sobre a utilização comum dos recursos naturais”...

Ameaças de deslocamento compulsório também são constantes no Cajueiro e nas comunidades vizinhas, em função da expansão de atividades portuárias, industriais e de infraestrutura.

Nesse sentido, a partir das análises das notícias elencadas e de estudo de caso recente (Comunidade do Cajueiro), pretendemos compreender as formas de resistências acionadas para a manutenção do território na comunidade tradicional do Cajueiro em São Luís nos anos de 2015 a 2016 e contribuir para uma reflexão crítica dos casos de deslocamentos compulsórios por nós aqui relatados. Situações essas que envolvem contextos sociais e temporais diferentes de populações locais residentes em áreas destinadas à construção de diversos tipos de empreendimentos.

1- METODOLOGIA

Para a operacionalização desta pesquisa, nos atemos a três procedimentos gerais: revisão bibliográfica⁵, coleta e análise documental e trabalho de campo (observação participante).

I - Revisão bibliográfica: consultamos os estudos feitos sobre desenvolvimento e sobre a temática aqui estudada tais como: Almeida (1996), Magalhães (2007), Lenoir (1998), Merllié (1996), De Luca (2008), Brasil (2012), Sant'Ana Júnior (2014) e outros citados nas referências deste trabalho.

II - Trabalho de campo na biblioteca Benedito Leite: realizamos um levantamento de notícias que pudessem revelar possíveis focos de deslocamentos compulsórios durante os períodos estudados. Desde o primeiro semestre de 2015 até julho de 2016, coletamos informações nos exemplares do jornal do O Estado do Maranhão que ficam guardados no setor de obras raras da referida biblioteca.

III - Etnografia: A análise etnográfica que foi feita envolveu a comunidade tradicional do Cajueiro, localizada na Zona Rural II de São Luís, através da qual participamos de encontros, oficinas, assembleias, audiências públicas, registro em caderno de campo e visitas *in loco* na

⁵ A revisão bibliográfica da literatura correspondente ocorreu principalmente durante as reuniões semanais de estudo (às quintas-feiras) realizadas nas dependências do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), situado no Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFMA e através de leituras individuais. Os textos estudados envolveram temas como: conflitos socioambientais, desenvolvimento, mineração, portos, Educação Ambiental, identidade e cultura.

área demarcada para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim⁶ (da qual parte do povoado Cajueiro é integrante).

NÃO QUEREMOS TERRA, QUEREMOS TERRITÓRIO: a resistência do Cajueiro na esteira da dominação ocidental

O projeto de “ampliação” ou de construção de um novo porto em São Luís só é possível devido a uma série de relações econômicas e políticas que estão ocorrendo no Estado do Maranhão, relações essas de interesses, que são circundadas por relações de poder. E uma das maneiras mais plausíveis de acompanhar esse processo e averiguar os dois lados da “moeda” é entender também os trâmites jurídicos no que concerne ou não à “ampliação/construção” do porto na Zona Rural II, levando em consideração também o posicionamento político das comunidades que serão atingidas quando destacam que:

Somos uma comunidade e não queremos sair do lugar onde nascemos, crescemos e nos tornamos comunidade: somos pescadores e pescadoras, lavradores e lavradoras, extrativistas, somos povos tradicionais, remanescentes de quilombos! Exigimos políticas sociais voltadas à pesca e a agricultura, exigimos escolas, serviços de saúde, melhorias e pavimentação da estrada, melhorias nos transportes, fiscalização às empresas poluidoras por parte dos governos; **exigimos a preservação da natureza e o respeito ao nosso modo de viver, ao nosso modo de ser e de sonhar, de praticar nossas religiosidades livremente!**⁷ (grifos nossos).

Em meio a chegada de grandes empreendimentos para a ilha Grande do Maranhão e a instalação de um polo siderúrgico com a implantação de 3 usinas siderúrgicas e 2 unidades para a fabricação de ferro-gusa com apoio das esferas governamentais que visam converter a Zona Rural II em um complexo industrial, temos mais de 12 comunidades que lutam para permanecer em seus territórios, a fim, de preservarem modos de vida específicos como na citação acima onde os moradores da comunidade do Cajueiro exigem que seu modo de vida seja respeitado, assim como sua religiosidade e seu direito de ser cidadão.

Em um contexto de modernidade, concordamos com as colocações de Giddens (1991) que pontua que estamos vivendo um período onde as consequências da modernidade estão se agravando e acabamos por converter seres humanos em meras mercadorias. As marcas do progresso/desenvolvimento/globalização no Brasil desde a década de 1970 estão relacionadas

⁶ Localizada na Zona Rural II de São Luís.

⁷ Recorte tirado da carta feita pela Comissão de representantes do Terreiro do Egito São Luís, no dia 20 de novembro de 2015.

a um cenário conflitivo devido a tomadas de decisões autoritárias em um país, que é reconhecido como “democrático”. Marcas essas que afetam diretamente a vida das comunidades locais, como podemos ver na citação abaixo:

Um morador, sobrinho de Dona Maria informa que constantes **derramamentos de óleo e a dragagem têm provocado a mortandade de caranguejos e peixes**. Pudemos observar a draga, situada na boca do igarapé Buenos Aires com a cabeceira do “Tomar o Defunto” (área situada dentro da primeira proposta da RESEX⁸ - grifos nossos).

Os moradores do Cajueiro denunciam que na Ata do dia 26 de janeiro/2016, não foi colocado que a comunidade é um assentamento, não podendo ser vendida e nem que a compra de mais de 1 lote de terra dentro de um assentamento se caracteriza como grilagem de terra. Os moradores destacam ainda que:

Hoje temos novamente a presença de jagunços dentro da comunidade, coagindo as pessoas, sabemos que para se instalar um porto tem que desapropriar a comunidade toda, e o que vemos hoje não é ampliação do porto porque não pode construir outro aqui, mas na verdade o que está acontecendo é a construção de um novo porto, coisa que não pode, é um porto novo, isso é algo ilegal⁹.

Das anotações do caderno de campo, é possível destacar a fala de um dos mediadores (advogado) da comunidade, que argumentou: “temos que ver o que é legal e o que é ilegal nesse processo do porto, e por que existem pessoas interessadas.

Dessa forma, observamos que, apesar de haver inúmeros relatos de pessoas que foram deslocadas compulsoriamente de suas terras na década de 1970, a fim da implantação de estruturas, como o Porto do Itaqui, inaugurado em 1980; a Estrada de Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce¹⁰, inaugurada em 1985; INDEMMA (Indústria de Estruturas

⁸ Recorte de um dos relatórios de pesquisa de campo feitos pela equipe do GEDMMA na comunidade de **Camboa dos Frades**. Segundo consta no relato o povoado teria adquirido o nome de Camboa dos Frades por causa dos padres que chegaram na região. O mito de origem narra que estes padres, para se apropriarem do território, teriam assassinado os índios e enterrado em potes de barro, no dia 05 de dezembro de 2015 em uma visita investigativa para mapear **AS COMUNIDADES DA ÁREA DE ENTORNO DA AUTOINTITULADA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM**.

⁹ Informações retiradas das anotações do caderno de campo do acompanhamento de algumas reuniões no ano de 2016 na comunidade do Cajueiro.

¹⁰ A Estrada de Ferro Carajás foi um desdobramento do Programa Grande Carajás (PGC), da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas “Vale”), que visava, principalmente, garantir as condições de infraestrutura para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. E o complexo portuário de São Luís, constituindo, assim, um sistema mina-ferrovia-porto.

Metálicas do Estado do Maranhão) inaugurada em 1973, entre outras, este jornal não transmite informações deste tipo por conta de seu discurso voltado para o desenvolvimento econômico e seus possíveis benefícios.

Ainda existe desterritorialização no Brasil? Para enfrentar essa questão, pensemos quais os mecanismos que implicam historicamente no deslocamento compulsório de comunidades inteiras, em que condições as “famílias” afetadas se encontram e o que falam sobre o que aconteceu.

Um outro caso que analisamos envolve a comunidade tradicional do Cajueiro que nos faz questionar que tipo de “desenvolvimento” é esse que está sendo adotado na ilha que não contempla as comunidades locais. Como afirma um morador do Cajueiro. “Depois que a gente conseguir ficar na terra, nós temos outras lutas para ter possibilidade de morar na terra” (Fala de um morador do Cajueiro no dia 28/03/2015¹¹).

De um lado, o projeto de “ampliação” ou de construção de um novo porto em São Luís só é possível devido a uma série de relações econômicas e políticas que estão ocorrendo no Estado do Maranhão, relações essas de interesses que são circundadas por relações de poder. Do outro, temos o posicionamento político de lideranças da comunidade que afirmam: “Somos uma comunidade e não queremos sair do lugar onde nascemos, crescemos e nos tornamos comunidade...exigimos a preservação da natureza e o respeito ao nosso modo de viver, ao nosso modo de ser e de sonhar, de praticar nossas religiosidades livremente!” (Fala de um morador do Cajueiro no dia 28/03/2015¹²).

UMA CARTA EM NOME DA VIDA: pelo Terreiro do Egito e território do Cajueiro.

Na busca pelo reconhecimento de um território e contra a expropriação de milhares de famílias da Zona Rural II de São Luís/MA é que os moradores do Cajueiro fazem uso de uma ancestralidade, da memória de um patrimônio imaterial, afim de permanecerem na terra.

No dia 20 de novembro de 2015 foi divulgada pela Comissão de representantes do Terreiro do Egito de São Luís uma carta feita para dar visibilidade à luta dos moradores de um

¹¹ “I Encontro das Comunidades Tradicionais Ameaçadas por Deslocamento da Ilha de São Luís”.

¹² Recorte tirado da carta feita pela Comissão de representantes do Terreiro do Egito São Luís, no dia 20 de novembro de 2015.

núcleo populacional, que vem a ser a comunidade do Cajueiro, que foi reconhecida pelo ITERMA- Instituto de Terras do Maranhão como área de assentamento em 1993, não podendo esta ser vendida.

A empresa WPR vem com ajuda do governo do Estado do Maranhão manobrando os meios políticos e econômicos, a fim favorecer a construção de um porto, que conseqüentemente contribuirá para o processo de construção do Distrito Industrial de São Luís, colocando assim em xeque a vida de comunidades tradicionais que estão na área que contempla o espaço proposto para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, que desde 2003 espera pela sua titulação jurídica definitiva.

Com seu licenciamento suspenso, a WPR vem se movendo através de documentos duvidosos como o que envolveu a compra da área da Praia do Parnauçu a nada mais do que 60 centavos o metro quadrado de terra, as constantes ameaças por parte de jagunços dentro da comunidade que se mesclam entre os trabalhadores da empresa VIP segurança, que foi contratada pela empresa para resguardar seus “bens” dentro da comunidade.

Do caderno de campo destacamos que os moradores do Cajueiro colocam que:

a gente precisa dos documentos dessas 90 indenizações que foram dadas, para entendermos o que é legal e o que ilegal, a gente precisa saber de quem eles compraram, quem são essas pessoas que venderam? Eles só compraram as casas da praia de Parnauçu, mas o porto vai atingir todo o Cajueiro.

Ameaças essas que são confirmadas em relatos que ora são silenciados, ora vem à tona para denunciar a situação de insegurança dentro da comunidade, como é destacado na citação abaixo tirada das anotações do caderno de campo em 2016.

Vivemos com medo, estamos sobre ameaças constantes para que a gente venda nosso lar, nosso sustento, nossa casa... é nas ruas ou dentro dos ônibus, não podemos andar mais à noite sozinhos na nossa comunidade... somos gente, temos sentimento, tá uma pressão danada por conta desse pessoal de fora que quer construir um porto aqui... agora fazemos uso da história do terreiro do Egito para permanecer em nosso território, e entregamos as coisas pra Deus, mas a gente também luta¹³ (grifos nossos).

O terreiro do Egito é acionado como uma ferramenta de luta, na garantia do lugar enquanto lar, sustento e casa, assim como patrimônio “imaterial” do Maranhão. Lugar esse complexo e rico em diversidade natural e cultural, que não pode ser reduzido à uma mera

¹³ Recorte retirado das anotações do caderno de campo de uma das minhas visitas a comunidade do Cajueiro.

mercadoria, ou em uma síntese completa, lugar esse que deve ser ouvido, sentido, pois o que se apresenta enquanto simples nuances, na verdade são questões fundamentais para a compreensão de um todo de uma realidade social.

Visibilizamos a “voz” do Cajueiro que, em formato de uma carta, vem sinalizar a luta em defesa e reconhecimento de um lugar sagrado envolvendo o Terreiro do Egito e a permanência no território de famílias inteiras. Lugar de cultos afro-brasileiros cujas narrativas remontam ao século XIX, é um dos mais antigos do Brasil e está situado no território do Cajueiro.

Ferreira (1997, p. 87-88) destaca que “O Egito foi fundado em 12 de dezembro de 1864 por uma senhora africana da Costa do Ouro, da cidade de Cumassi, no oeste da África, atual República de Gana”. Mais que um território, um lugar sagrado que permite contar a história de um dos terreiros mais antigos do Brasil. Lugar de batuques afro-brasileiros que, com ajuda do sincretismo e da expertise de seus líderes religiosos, sobreviveu ao tempo e ao preconceito, resistindo à “demonização” por parte das igrejas evangélicas, principalmente as neopentecostais. Mas, a resistência ocorreu de diversas formas e uma das mais intensas foi o uso da memória.

Sabiam os mercadores de escravos que a memória é arma poderosa, arma de resistência, ferramenta de identidade e instrumento de criação [...] A memória define, em última estância ou em estância primeira, o que somos. Os fatos que nos marcam, que elegemos presentes ao longo da vida, moverão nossos mecanismos internos forjando nosso caráter (FERREIRA, 2008, p. 19).

O século XIX marca o espaço temporal do Terreiro do Egito e as memórias dos já falecidos Pai Euclides da Casa Fanti-Ashanti e de Pai Jorge, do Terreiro YlêAshéYemowa-Agbé, ambos iniciados neste terreiro legitimam sua existência que são reafirmadas pelas memórias dos moradores da comunidade do Cajueiro, seja a favor dessa verdade seja contra, pois, uma grande parcela da população que hoje vive no Cajueiro é de evangélicos e como bem sabemos em nome de um único Deus se tem negado e até demonizado a existência de outras religiões, principalmente, as afro-brasileiras, que em pleno século XXI, ainda ouvimos pessoas relacionando tambor de mina com coisas do mal.

Na carta é destacado que Pai Euclides foi da primeira geração dos descendentes do Terreiro do Egito e ficou responsável pelo Terreiro do Egito até 2015¹⁴, quando faleceu. No livro *Tambor de Mina em Conserva* (1997, p. 83) Euclides Menezes Ferreira (Talabyan), Pai Euclides, destaca que “O Egito era a pulsão de ritmos batendo no coração dos freqüentadores e filhos-de-santo... era a energia e a magia de um culto contagiante, através das canções dos bonsús, orixás, inkices, voduns e caboclos”.

Segundo Ferreira (1997), “o Terreiro do Egito¹⁵ era chamado de Ilê Nyame e que foi fundado nos meados de 1860-70 por Basília Sofia, uma negra, cujo nome privado era Massinocô Alapong, vinda da Costa do Ouro, atual Gana”. Basília Sofia teria falecido em 1911 e, a partir de 1912, o Terreiro passou a ser chefiado por Mãe Pia, essa que cuidou do terreiro por cinquenta e cinco anos. Na carta fica inda destacado que, Pai Jorge, narrava que “o Terreiro do Egito era jeje-nagô-cambinda e foi responsável pelo surgimento de várias linhas de encantados na Mina”.

O Tambor de Mina da ilha de São Luís tem suas raízes na existência do Terreiro do Egito que gestou e deu origem a diversos filhos e filhas (descendentes) de Santo que hoje carregam como herança as narrativas e as lembranças que quando contadas pelos filhos e filhas de Santo, nos permitem visualizar um tempo passado que é revivido no presente, quando se ouve histórias como o destacado na carta e na memória de pai Euclides e pai Jorge, que “à noite, durante as festas e rituais, quando muitos afirmam terem avistado o navio encantado de D. João, iluminado, trazendo os voduns e outras entidades que chegavam ao som dos tambores e cânticos e eram recebidos pelos filhos de santo”. O lugar, o navio, as entidades, os tambores e os cânticos fazem parte da criação de territórios existenciais, que como destaca Goldman (2003, p. 452), permitem a pessoas discriminadas produzir sua própria dignidade e vontade de viver.

¹⁴ Mais detalhes sobre o terreiro do Egito e a vida de Pai Euclides podem ser obtidos em *Tambor de Mina em Conserva de 1997*.

¹⁵ “[...] A localidade era um quilombo ‘um esconderijo de negros fugidos’ e que ficava numa ponta de terra por trás do local onde foi construído o Porto do Itaqui, no alto de um morro, no centro do terreno; e foi assentado por africanas com os voduns: Lissá, Vó Missã, Navezuarina, Xapanã, Ewá e Verequete”. Trecho retirado da carta do dia 20 de novembro de 2015.

Como é destacada na carta, a comunidade do Cajueiro diz que: “exigimos a preservação da natureza e o respeito ao nosso modo de viver, ao nosso modo de ser e de sonhar, de praticar nossas religiosidades livremente¹⁶!”.

Destaco aqui a necessidade de se fazerem maiores investigações acerca da história do Terreiro do Egito devido sua importância material e imaterial para a história do Brasil. Uma pesquisa que, como sugere Goldman (2003), “cate as folhas”, os detalhes dessa história sem a pretensão de finalizá-la, mas de lhe dar novos caminhos. Como relata o autor:

Num registro menos acadêmico, sempre imaginei que as técnicas de trabalho de campo que utilizei em Ilhéus se assemelhavam muito ao que se denomina, no candomblé, “catar folha”: alguém que deseja aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre; ao contrário, deve ir reunindo (“**catando**”) **pacientemente, ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as “folhas”)** com a esperança de que, em algum momento, uma síntese plausível se realizará (GOLDMAN, 2003, p. 455, grifos nossos).

Quando falamos do conjunto populacional do Cajueiro e destacamos as memórias a respeito do Terreiro do Egito, hoje, e nos permitimos refletir a respeito do caso de deslocamento compulsório com expropriação de famílias inteiras que ocorreu em Alcântara no ano de 1980, podemos perceber algumas semelhanças referentes a instalação de um mega empreendimento no Maranhão e suas possíveis consequências sociais, culturais e ambientais, que forjam formas sociais de silenciamento e de violação de direitos já assegurados na Constituição Federal de 1988. Formas essas que, revestidas de proibição de acesso aos recursos naturais de dentro da própria comunidade, ameaças e intimidações tendo como meios jagunços e a própria polícia local se convergem no medo de perder seu lar, casa e lugar, pois como destaca Miranda e Silva (2006, p. 183) “A identidade desses grupos está intimamente associada ao lugar que lhes pertence [...] no qual diferentes unidades sociais estabelecem laços de compadrio, de parentesco, de trocas comerciais, de trabalho”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como fez Goldman (2003, p. 455), “que pacientemente, ao longo dos anos catou os detalhes e recolheu aqui e ali (as ‘folhas’) com a esperança de que, em algum momento, uma síntese plausível se realizará”, é que tomamos esta pesquisa e esperamos que as informações

¹⁶ Recorte tirado da carta do publicada no dia 20 de novembro de 2015.

contidas aqui possam servir para o processo de entendimento e amadurecimento a respeito dos casos de deslocamentos compulsórios ainda em curso nesse país.

Na busca pelo reconhecimento de um território e contra a expropriação de milhares de famílias da Zona Rural II de São Luís/MA, é que, mesmo vivendo com medo e estando sobre ameaças constantes para que vendam seu lar, seu sustento, sua casa, moradores do Cajueiro fazem uso de uma ancestralidade, da memória de um patrimônio imaterial, a fim de permanecerem na terra. O terreiro do Egito, espaço sagrado localizado na comunidade, é acionado como uma ferramenta de luta, na garantia do lugar enquanto lar, sustento e casa, assim como patrimônio “imaterial” do Maranhão.

Quando falamos do Cajueiro hoje e nos permitimos refletir a respeito do caso de deslocamento compulsório tendo como referência a expropriação de famílias que ocorreu em Alcântara no ano de 1980, percebemos formas sociais de silenciamento e de violação de direitos já assegurados na Constituição Federal de 1988. Essas formas são revestidas de proibição de acesso aos recursos naturais, ameaças e intimidações tendo como meios jagunços e a própria polícia local.

Nesse sentido, estudos como o de Zhouri e Laschefski (2010) são fundamentais para refletirmos criticamente sobre a noção de uso sustentável da natureza¹⁷ que está sendo “travestida” agora pela ideia de “*desenvolvimento sustentável*”. “A mobilidade do capital desterritorializa, por um lado, ao promover deslocamentos compulsórios resultantes da implantação de inúmeros projetos de desenvolvimento” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 443).

A luta dos povos e comunidades tradicionais do Maranhão é uma luta histórica, assim como os agentes sociais que delas fazem parte, suas histórias, seus ritos e diversas formas de manutenções de diferentes traços culturais que determinam um povo como sendo indígena, quilombola, ribeirinho, camponês. Sendo assim, Sahlins (2004, p. 448-449) destaca que [...] “a diversidade não está morta. Ela persiste na esteira da dominação ocidental”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

¹⁷ Zhouri e Laschefski (2010, p. 12) destacam que a noção de **uso sustentável da natureza** estava relacionada a “existência dos povos da floresta, isto é, os grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e demais grupos tradicionais, que se tornaram protagonistas na história de superação da dicotomia sociedade-natureza e da promoção do desenvolvimento sustentável”.

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: _____. (Org). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004^a. p.7-12.

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR, 2010.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Os quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino [Org.] Quilombo: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização**. In: **Travessia**. Maio/agosto: 1996. p. 30-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. [Org.]. **Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim**. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 5, número especial. P. 29-40, 2007.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; SILVA, Lindimberge da Luz. **Mamuna – herdeiros de escravos ameaçados pela aeronáutica**. In: ANDRADE, Maristela de Paula e SOUSA FILHO, Benedito. **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 179-230.

BRASIL. **A LEGISLAÇÃO E A CIDADE, O CASO DA LEI 10257 – O ESTATUTO DA CIDADE**, 2001, p.25 – 97.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação, 2000.

BRASIL. **Medida Provisória 595/2012**. Dispõe sobre a modernização do sistema portuário brasileiro e dá outras providências, 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A exploração mineral de Carajás: um balanço trinta anos depois. **Não Vale I edição**. São Luís, 2010, p. 16-30.

DHESCA. Informe Preliminar. **Missão: violações de direitos decorrentes do complexo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e no Maranhão**, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCOBAR, A. **Actores, redes e novos produtores do conhecimento**: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B.S. (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2003.

ESCOBAR, A. **El lugar de la naturaleza e la naturaleza Del lugar**: globalización o postdesarrollo? In: LADER, E. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2005. p. 115-152.

FERREIRA, Euclides Menezes. **ITAN de dois Terreiros Nagô**. São Luís: Casa Fanti-Ashanti, 2008.

FERREIRA, Euclides Menezes. **Tambor de Mina em Conserva**. São Luís: Casa Fanti-Ashanti, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zaar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GODEIRO, Nazareno de Deus. O segredo do sucesso da Vale: trabalhador produtivo e recursos naturais abundantes. **Não Vale I edição**. São Luís, 2010, p. 31-40.

GOLDMAN, MARCIO. Os **Tambores dos mortos e os tambores dos vivos**. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 2003. V. 46 nº 2. (p. 445-476).

JESUS, Tayanná Santos Conceição de. **Violência, Memória e Resistência**: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1997 – 2013). São Luís: DEHIS/UFMA, 2014. Monografia de Graduação. Mimeo.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R; MERLLIÉ, D; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia territorialidade**. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. 23 Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, Rio Grande do Sul, 2002.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA; Paris: Universidade Paris 13, 2007. Tese de Doutorado. Mimeo.

MERLLIÉ, Dominique. A construção estatística. In: MERLLIÉ, Dominique et al. **Iniciação à prática sociológica**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 107-170.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: DEHIS/UFMA, 2015. Dissertação de mestrado. Mimeo.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: Biblioteca Benedito Leite, 1973 a 1975. Diário.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos e as fronteiras da antropologia**. Niterói: revista antropológica, 2005.

PAULA ANDRADE, Maristela de; SOUZA FILHO, Benedito. **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SAHLINS, Marshall David. **Cosmologias do Capitalismo**: o setor transpácífico do “sistema mundial”. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, p.445-501.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A; ALVES, Elio de Jesus P; MENDONÇA, Bartolomeu R. Projetos de Desenvolvimento, impactos socioambientais e a Reserva do Taim. **Ciências Humanas em Revista**, Universidade Federal do Maranhão, v.5, p.29-40, 2007.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão**. São Luís: FAPEMA, 2014. Relatório Técnico-Científico. Mimeo.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de A. **Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental**. Vias de Fato, São Luis-MA, 2013.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de A; PEREIRA, Madian de Jesus F; ALVES, Elio de Jesus P; PEREIRA, Carla Regina P. A RESEX de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de A. et al (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Trajano: a difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais**. ANDRADE, Maristela de Paula e SOUSA FILHO, Benedito. **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 145-178.

ZAGALLO, José Guilherme. A poluição gerada pela Vale em São Luís: os impactos não contabilizados dos grandes empreendimentos. **Não Vale I edição**. São Luís, 2010, p. 41-60.

ZAGALLO, José Guilherme. **Pólo Siderúrgico em São Luís: impacto social e riscos ambientais**. Página da Assembleia Legislativa da deputada Helena Barros Heluy. Disponível em: < www.hic-gs.org/topdf.php?type=A&pid=1789 >. Acesso em: 05/06/2016.

ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. p. 11-31.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Quando o Lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. p. 439-461.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31. / p. 440-462.